

PARA UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

PAUL MENGAL¹

Revue de synthèse: IVe S. N° 3-4, juil.-dec. 1988²

A história da psicologia, tal como aparece em algumas obras (E.G. Boring 1950³; M. Reuchlin 1957⁴; P. Fraisse e J. Piaget 1963⁵) ou em capítulos introdutórios de alguns manuais (M. Reuchlin 1977⁶), reflete uma adesão — raramente discutida — a uma concepção internalista. Segundo essa concepção, a psicologia seria animada por uma dinâmica própria, um processo evolutivo totalmente endógeno, e seria independente de fatores externos tais como os domínios religiosos, sociopolíticos e econômicos. Além do mais, os partidários dessa história aceitam ver a psicologia influenciada por disciplinas situadas em suas fronteiras, como a biologia, a fisiologia e, em menor medida, a física. Esses domínios fronteiros geralmente dizem respeito a objetos psicológicos habitualmente qualificados de inferiores, como reflexos, sensações e percepções, em oposição à linguagem e ao pensamento, qualificados como processos superiores. Esses mesmos domínios fronteiros engendraram por sua vez subdomínios relativamente autônomos, tais como a psicofísica ou a psicofisiologia.

Correlativamente a essa concepção internalista, o desenvolvimento científico é apresentado como um caminho ao estado de psicologia positiva, tal como A. Comte a

definiu em 1837 na 45ª lição do *Curso de Filosofia Positiva*⁷. A caminhada até a positividade foi indicada pelo próprio A. Comte: estudo da anátomo-fisiologia do [p. 486] sistema nervoso (a frenologia de Gall lhe parece a esse respeito uma contribuição decisiva), estudos comparados, análise de casos patológicos, estudo dos comportamentos animais e do desenvolvimento individual. Considerando a evolução da psicologia nos últimos cem anos, seríamos tentados a sustentar que ela realizou o projeto positivista. Psicologia diferencial, psicopatologia, etologia animal e psicologia da criança [*psychologie de l'enfant*] são vários domínios que concorrem para essa realização. Entretanto, esses domínios estão longe de parecerem homogêneos quanto aos métodos empregados e os modelos epistemológicos aos quais se referem. Um exame atento dessas dimensões metodológicas e epistemológicas mostra que se avança, sobretudo, em ordem dispersa. Pois os desenvolvimentos mais decisivos da psicologia são frequentemente provocados por conceitos ou teorias importadas de outras disciplinas. Para citar apenas alguns exemplos entre os mais conhecidos, lembremos simplesmente da influência determinante do darwinismo sobre o behaviorismo de Watson ou de Skinner, ou a influência não menos decisiva do pensamento religioso sobre as escolhas epistemológicas fundamentais de J. Piaget (mesmo se este as ocultou nos relatos autobiográficos fornecidos⁸)e, enfim, do advento da informática constituindo a metáfora sobre a qual repousa o essencial do discurso cognitivista.

A propagação do mito de uma fundação da psicologia — que lhe tomou o lugar de história — teve por função principal assegurar a ela sua *legitimidade*. De início, trata-se de conferir

à psicologia o estatuto de ciência, dando a esse termo o sentido limitado que lhe confere o positivismo de Comte. Em seguida, trata-se de conceder à psicologia sua *autonomia*. Nada melhor, para assegurá-la, do que um mito de ruptura: a psicologia adquiriria, depois de muita penúria, sua autonomia, ao fim de um longo combate com a filosofia. Essa ruptura mítica permite a alguns personagens cumprirem o papel de pais fundadores, criando *ex nihilo* a nova disciplina. Nessa busca de paternidade, Wundt e Freud desempenhariam esse estatuto prestigioso, mas também Fechner em menor medida, sob a condição de considerar em sua obra apenas os *Elemente der Psychophysik* (1860)⁹. Quando Fechner é chamado para figurar [p. 487] entre os pais fundadores, a referência a Comte não mais convém: com efeito, tudo conduz a crer que Fechner não se refere à corrente comtiana. Em seu caso é, sobretudo, o mito de uma influência da obra de Christian Wolff que se desenvolve. C. Wolff era um partidário da *Aufklärung* e inclusive foi expulso da universidade de Halle em 1723 por excesso de racionalismo. Sua ambição era de legislar sobre a Natureza do homem, como Newton o havia feito sobre o mundo cósmico, mantendo, entretanto, a distinção fundamental entre a alma e o corpo, entre universo espiritual e material. O objetivo da *Psychologia empirica* (1732)¹⁰ é determinar as regras e as leis do pensamento tal como a física determina as do movimento dos corpos. Essa similitude, inclusive, prolonga-se até a exigência da medida e da modelização matemática que traduz o conceito de “*Psychometria*”: “*Theoremata haec ad Psychometriam pertinent, quae mentis humanae cognitionem mathematicam tradit et adhuc in desideratis est*”¹¹.

Ora, pelo contrário, Fechner é um estudioso romântico, aluno do naturalista L. Oken, admirador e biógrafo de Jakob Böhme. A primeira exposição de suas concepções em matéria de psicofísica se encontra em um tratado de metafísica publicado em 1851: *Zend Avesta, oder über die Dinge des Himmels und des Jenseits*¹². Ali, ele exprime notavelmente um monismo espiritualista:

Contra a opinião comum, sustentei anteriormente que as plantas possuem uma alma; sustento hoje que ocorre o mesmo com os astros, com a diferença de que a vida espiritual dos astros é superior e a das plantas inferior à nossa¹³

Igualmente Wundt, frequentemente ligado a essa mesma linhagem, é sobretudo o continuador de Johannes Müller e Hermann Lotze, e se esforçará para se manter sobre a via estreita que separa a mitobiologia dos Românticos e o positivismo cientificista, o monismo panteísta e o monismo materialista.

Inscrever Fechner ou Wundt numa linhagem na qual Wolff estaria na origem, atribuir-lhes as mesmas intenções sob o pretexto de que tiveram as mesmas exigências de medida que Wolff, eis como se constrói o mito da ruptura com a filosofia.

[p. 488] Se é que ocorre alguma ruptura na época, sobretudo ela se atribui ao impacto da concepção evolucionista sobre a psicologia. Com efeito, de um lado a proclamação darwiniana da animalidade do homem (postulado da ascendência comum) e a definição da contingência como

motor único da evolução deveriam conduzir a psicologia sobre a via da radicalização da tese empirista e a orientá-la rumo ao behaviorismo. Certamente houve contentamento em ver Darwin como o fundador da psicologia comparada ou da infância, mas é sobretudo a psicologia do comportamento, o behaviorismo, que se alimentou do darwinismo, transportando o mecanismo darwiniano da evolução das espécies ao nível da evolução dos comportamentos em um indivíduo: o ambiente seleciona os comportamentos como seleciona os fenótipos. Essa perspectiva adquiriu os sucessos que já se sabe.

Mas, por outro lado, são numerosos os psicólogos que rejeitaram o darwinismo. Preferindo manter os esquemas explicativos fundados sobre o movimento e a finalidade, eles asseguraram a continuidade das concepções neoaristotélicas de Trendelenburg¹⁴ e Brentano¹⁵, nas quais o essencial dos conceitos em psicologia foi retomado pela escola da “*Gestaltpsychologie*”¹⁶. O primado da atividade, a finalidade do desenvolvimento, a dinâmica das relações entre o todo e as partes, conceitos que participam dessa corrente, são (por exemplo) as características essenciais do pensamento piagetiano, enunciados ao mesmo tempo que a rejeição do empirismo e do darwinismo. Nessa mesma orientação encontra-se também o conceito de “pensamento produtivo” desenvolvido por M. Wertheimer (1945)¹⁷, largamente emprestado da interpretação dada por Brentano do “*nous poieticos*”¹⁸ de Aristóteles e situado no ponto de articulação entre a Psicologia da Forma e o cognitivismo contemporâneo. Reservados a respeito do darwinismo, esses psicólogos não se privaram de fazer referências à biologia, mas escolheram seus modelos fora das concepções evolucionistas. E é a embriologia

que aparece como sua fonte de inspiração mais frequente, e isso tanto mais quanto [p. 489], em plano epistemológico, no momento de sua constituição ela aparenta proximidade com o organicismo. A epigênese sempre fez bom par com o vitalismo e deixou suas marcas na psicologia infantil. Os primeiros psicólogos da infância são fisiologistas como A. Kussmaul¹⁹ ou embriologistas como W. Preyer²⁰. Essa psicologia será marcada pelo empréstimo da lei da recapitulação (a ontogênese é uma breve recapitulação da filogênese), popularizada por Haeckel²¹ e retomada e generalizada por J. Piaget. Um exame das fontes biológicas desse último, tal como se pode ler em sua *Introduction à l'épistémologie génétique*²², mostra que são dominantes as referências à embriologia experimental e, em menor medida, ao evolucionismo não darwiniano. Por fim, pode-se destacar que a filosofia biológica construída em torno dos trabalhos dos embriologistas, por exemplo o de H. Driesch²³ no fim do século XIX, mas também o de P. Weiss²⁴ no meio do século XX, faz grande uso de conceitos como totalidade, regulação, interação, finalidade, emergência etc., isto é, de conceitos diretivos do cognitivismo contemporâneo.

De certo modo, o advento do darwinismo produz uma ruptura no interior do discurso da psicologia, mas a referência da psicologia à biologia imposta por esse acontecimento mais divide do que reúne. Tanto no plano conceitual quanto no metodológico, a inspiração biológica não é, portanto, um instrumento de autonomização e unificação, mas pela radicalização que provoca, ela conduz a uma clivagem conforme o modelo biológico ao qual se adere, separando hoje o cognitivismo e o behaviorismo (para citar apenas duas das abordagens mais representativas).

Assim, se bem que frequentemente se insiste sobre a ruptura operada pelo darwinismo no campo das ciências do homem e em particular na psicologia, é por acreditar na ideia de que essas disciplinas teriam encontrado ali o instrumento de sua ruptura com a filosofia. Ribot contribuiu largamente com a criação desse mito:

[p. 490] Na medida em que se desfarão os hábitos de espírito inveterados, ver-se-á mais e mais que a psicologia e a metafísica, outrora confundidas sob uma mesma denominação, supõem cada uma atitudes intelectuais tão opostas que elas se excluem; compreender-se-á que o talento metafísico está em razão inversa do talento psicológico; que, doravante — à parte de alguns raros gênios que talvez se encontrarão —, o psicólogo deve renunciar à metafísica e o metafísico à psicologia²⁵

E. G. Boring, o historiador oficial da psicologia experimental, sustentou a mesma posição:

(...) a psicologia terá todas as vantagens em se livrar completamente de sua bagagem filosófica, não apenas na prática mas também em seus pressupostos, a fim de poder seguir seu próprio caminho, sem ser perturbada por preocupações ambíguas.²⁶

Certamente a iniciativa de Wundt em fundar em 1879 em Leipzig um laboratório de psicologia experimental — rapidamente imitado na Europa e nos EUA — consagra a institucionalização da psicologia e a permite alcançar o nível de disciplina universitária; nesse nível, mas nesse nível

somente, há portanto ruptura, mas os laboratórios que nascem na época apresentam atividades tão diferentes, animadas por projetos tão contrastantes, que é difícil ver nessa proliferação o nascimento de uma ciência nova e homogênea. Analisando o uso dos instrumentos científicos nos laboratórios de psicologia experimental no início do século, F. Parot (1988)²⁷ mostrou que disparidades consideráveis aparecem entre países como a Alemanha, a França, os EUA e a Rússia czarista. Essas disparidades dizem respeito aos objetos estudados, aos métodos e às concepções teóricas que os guiam.

Para nos desembaraçarmos dos mitos de nascença e dos mitos de ruptura, seria necessário interrogar a história, com a ambição de melhor circunscrever o projeto da psicologia e seu objeto. Um olhar sobre o passado da psicologia nos mostra que ela jamais teve objeto próprio: ela compartilhou a alma com a teologia e a metafísica, o entendimento [p. 491] e a consciência com a filosofia natural, e enfim o comportamento com a biologia. Sempre colocada numa posição subordinada com relação à disciplina a qual ela fazia seu empréstimo, ela se viu igualmente dependente da escolha do modelo epistemológico que subentende sua abordagem. Qual objeto e para qual projeto? Tal deveria ser a interrogação da história da psicologia.

Quando se faz a história de uma disciplina, a tentação é grande — e às vezes proveitosa — de tentar definir seus inícios. Considerar a psicologia — segundo a etimologia da palavra — como ciência da alma nos conduz diretamente às origens do discurso filosófico. Mas na realidade não é senão no fim do século XVI que a palavra psicologia aparece sob a pluma de alguns teólogos-filósofos alemães de importância secundária.

A palavra “psicologia” não existe em grego clássico nem tardio; ela não é encontrada durante o período bizantino ou na tradição patrística. O *Lexicon* de Sophoclès²⁸ não menciona a palavra *psuchologia*, mas indica vários termos compostos a partir da palavra *psuché* não figurados nos dicionários de grego clássico. Essas palavras, tais como *psuchogonia* (geração da alma), *psuchodesmos* (vínculo), *psuchodiabatos* (passagem da alma), *psuchodotés* (que dá a alma ou a vida), provêm de obras que pertencem majoritariamente à filosofia neoplatônica ou gnóstica, de onde já se conhece o grande interesse por questões da alma, principalmente de sua natureza e devir. Esse uso na construção de palavras mostra bem que o emprego da raiz *psuché* é possível e que a ausência de *psuchologia* até o fim da Renascença indica simplesmente que a oposição “*anima/animus*” era suficiente no discurso teológico e filosófico.

Se o fim do século XVI vê a aparição da palavra *psuchologia*, isso ocorre porque a intenção é nova. A derivação de um termo a partir de uma raiz grega é evidentemente banal para a época, mas o mais interessante nessa ocorrência é a ruptura com uma certa tradição. Quem são os teólogos e filósofos alemães que introduzem esse uso? Rodolphus Goclenius (1547-1628)²⁹ é um teólogo reformado, largamente inspirado por Pierre de la Ramée (ou [p. 492] Ramus)³⁰, do qual se conhece a total oposição a Aristóteles e a contribuição à renovação dos estudos lógicos. Goclenius ambicionará a reconciliação de todas as filosofias. Sua obra *Conciliator Philosophicus* (1609)³¹ afirma a unidade da filosofia através da multiplicidade das escolas. Para Goclenius, é a identidade do poder da razão em todos os homens o que constitui a fonte do denominador comum de todos os sistemas filosóficos, para além de suas

particularidades. Portanto, a tarefa da psicologia é estudar esse poder idêntico da razão e instituí-lo como fundamento do direito, da política e da educação. Otto Cassmann (?-1607), aluno de Goclenius, proporá em 1594 uma antropologia articulada em duas partes: a primeira, *Psychologia*, tratará da alma; a segunda, *Anatomia*, descreverá o corpo³². Essa divisão se perpetuará até o fim do século XVIII. Além dessa organização da nova “ciência do homem”, Cassmann inscreve seu projeto numa perspectiva sociopolítica, visando utilizar a psicologia como uma ciência da gestão dos indivíduos. Essa ciência deve repousar sobre um conhecimento aprofundado da natureza humana, fundamento de toda ciência jurídica e social³³.

Uma vez que se teve em conta esse ato de nascimento lexical da psicologia, duas interrogações surgem. A primeira questiona as condições de possibilidade dessa ciência nova: qual é a história da ruptura da psicologia com a tradição escolástica que comporta, bem entendido, um discurso estruturado sobre a alma humana e suas operações. Essa ruptura ainda está para ser descrita. Em torno de três séculos separam a redação da *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino dos escritos de Goclenius e Cassmann, durante os quais a sociedade, a economia, a política e a cultura se transformam profundamente. O advento da psicologia é provavelmente um dos resultados dessas transformações.

A segunda questão é relativa ao destino da abordagem dos jusnaturalistas no início do século XVII, que encontraram parte de sua inspiração em Goclenius ou Cassmann. J. Althusius [p. 493] (1557-1638)³⁴ e H. Grotius (1583-1645)³⁵, reconhecidos fundadores do direito natural, sofreram as

mesmas influências calvinistas em teologia e ramistas em lógica que nossos teólogos-psicólogos. O modelo do direito natural é racionalista e laico (sobretudo em Grotius); ele pretende fornecer uma concepção geral, não apenas do direito, mas também da política e da educação. Nesse sentido ele pode ser qualificado de ideologia gestora [*idéologie gestionnaire*]. É certamente necessário interrogar-se sobre as razões da mudança de objeto da psicologia, que a fará passar do estudo da razão ou do entendimento ao do comportamento, mas igualmente sobre as razões da manutenção, em alguns países, de seu projeto inicial de gestão social. Lembremo-nos do “manifesto” behaviorista de J. Watson:

Se a psicologia seguisse o plano que eu sugiro, o educador, o médico, o jurista e o homem de negócios poderiam utilizar nossos dados de um modo prático, tão logo fôssemos capazes, experimentalmente, de obtê-los.³⁶

Se Alemanha e França foram as primeiras a tentar fundar o direito sobre o saber psicológico, é na Inglaterra e nos EUA que a psicologia se desenvolverá como modelo gestor, enquanto Alemanha e França se orientarão, num primeiro momento, rumo a uma psicologia fisiológica. Qual é, portanto, o caminho a conduzir desde o projeto dos jusnaturalistas até o imperativo behaviorista do controle do comportamento?

As interrogações sobre o objeto da psicologia e de suas flutuações históricas são frequentemente confrontadas com uma outra afirmação que também funciona como um mito: a unidade da psicologia. Qualquer que seja o valor dos apelos reiterados para essa unidade, é forçoso constatar,

entretanto, que essa disciplina é profundamente dividida. As divisões mais importantes dizem respeito ao objeto, ao projeto da psicologia e a seus modos de institucionalização. A maior parte dos psicólogos concorda hoje em definir o comportamento como objeto da psicologia científica. Mas esse objeto de estudo não pertence exclusivamente à psicologia: sociologia, antropologia, etnologia, [p. 494] economia etc. também estudam o comportamento dos homens, e a etologia igualmente partilha com a psicologia o estudo do comportamento animal. Essas disciplinas são hoje largamente “descompartimentadas”: o psicólogo social encontra o sociólogo no estudo dos comportamentos coletivos, os métodos antropológicos e etnográficos não se aplicam mais somente às populações ditas “primitivas”, mas encontram largo emprego nos países mais industrializados. Que a psicologia não detenha o monopólio do estudo do comportamento o fato é incontestável, mas há mais. A psicologia é igualmente dividida sobre a questão do estatuto metodológico conferido ao comportamento. O comportamento é o objeto único e último da pesquisa, ou deveria ser apenas considerado como manifestação exterior, o signo indicador de uma entidade, fenômeno, estrutura, um processo subjacente, inacessível à observação e à experimentação, mas que seria em todo caso o objeto verdadeiro da psicologia? Conforme o modo de responder essa questão, adere-se a concepções que se opõem radicalmente no plano epistemológico, e cuja própria história está para ser feita. A oposição do patente e do latente, do manifesto e do escondido, recobre parcialmente a do externo e do interno, do sensível e do inteligível ou ainda a de uma realidade exterior concebida como um dado e de suas múltiplas

representações. O positivismo, proclamando a transparência e univocidade do mundo, nega categoricamente a existência de um nível latente. Herdeiro dessa tradição, Skinner formulará essa negação pela expressão: “A pele não é uma fronteira”³⁷; seu behaviorismo, conforme ao imperativo nominalista, nega toda realidade do mundo da representação, restaurada ao posto de simples *flatus vocis*.

Contrariamente, os partidários da outra concepção sustentam que toda empresa do conhecimento do mundo ou de si mesmo comporta pelo menos dois níveis de leitura: no primeiro nível são lidos signos aparentes, cuja interpretação desvelará o segundo nível. O comportamento então não passa do signo ou sintoma revelador da organização de um nível mais profundo, verdadeiro valor na empresa do conhecimento. As teorias psicológicas que reclamam para si esse segundo modelo são numerosas. A psicologia clínica e a psicopatologia (cuja maior parte dos conceitos é importada da psicanálise), a psicologia genética de J. Piaget, a psicolinguística chomskyana e o cognitivismo, para citar apenas alguns exemplos, pertencem a essa corrente que não é ainda, ela também, unitária. Com efeito, essas concepções propõem [p. 495] uma organização em níveis assaz dessemelhantes; as estruturas operatórias de Piaget, a estrutura profunda e a de superfície do modelo de Chomsky, os esquemas computacionais ou as redes semânticas dos cognitivistas são dificilmente comparáveis num primeiro exame. Contudo, todas fazem funcionar modelos nos quais o comportamento, tomado como signo, deve ser objeto de uma interpretação que, ultrapassando o dado exterior, constrói o conteúdo e a organização do segundo nível. É dessa hermenêutica que a história e a epistemologia da psicologia

devem igualmente dar conta. Quando a psicologia constrói seus objetos (alma, ideia, razão, entendimento, representação, consciência, inconsciente, informação etc.), sua abordagem é a de uma filosofia realista; encontra-se aqui a oposição do nominalismo ao realismo filosófico. O lugar do segundo nível é habitualmente qualificado de interior, de profundo, suas operações se desenrolam dentro ou em plano de fundo, suas representações são subjacentes, significando que o segundo nível é caracterizado por um jogo de metáforas espaciais se referindo sempre e paradoxalmente à *res extensa*. Falar do pensamento em termos de atributo exclusivo do corpo, eis algo curioso para uma disciplina que reivindica — de perto ou de longe, mas sempre um pouco — o cartesianismo.

A oposição do comportamentalismo e do mentalismo tem hoje o efeito de colocar alguns problemas da psicologia de um modo que torna as clivagens quase inevitáveis. No domínio da psicopatologia, a definição da doença mental se encontra circunscrita por duas questões: “a doença mental é mental?”³⁸, e “a doença mental é uma doença?”³⁹. No domínio da psicologia da criança [*psychologie de l'enfant*], pode-se perguntar se o mundo muda em torno da criança ou a criança se desenvolve⁴⁰. No domínio do cognitivismo, a informação é um fluxo de energia organizada e portadora de sentido que penetra em nosso organismo por diferentes canais sensoriais, ou é ela um processo totalmente interior que põe em forma o mundo exterior?⁴¹ As respostas a essas questões conduzem ou a negar toda interioridade ou, ao contrário, a construir um mundo interior e colocá-lo em comunicação, por meio de uma “interface” apropriada [p. 496] — como indicam os cognitivistas — com o mundo exterior. Mas quem se

comunica com o mundo exterior? De quem se faz a psicologia? Responder-se-á que é do homem, pois a psicologia é ciência humana. De fato, a psicologia não fala jamais do homem, mas da pessoa, do indivíduo, do sujeito ou ainda do operador. A noção de pessoa foi elaborada pelos espiritualistas do século XII a partir da definição que lhe havia dado Boécio: “*Persona est rationalis naturae individua substantia*”. Essa definição será interpretada à luz do dogma da trindade; a pessoa possui a memória, a inteligência e a vontade, imagens respectivas do Pai, do Filho e do Espírito. Essa representação da pessoa, ao mesmo tempo teológica e psicológica, reencontra as concepções modernas da corrente personalista que não deixou de ter influências sobre a psicologia do século XX. E opostamente, a noção de indivíduo é intimamente associada à filosofia política laica desenvolvida a partir do século XIV. O conceito pertence à epistemologia da ciência moderna, na qual o paradigma foi definido por Galileu e Newton. O indivíduo é átomo social, elemento constitutivo da organização social que a psicologia está para construir, a fim de melhor dirigi-lo no sentido do interesse geral ou do bem comum. O século XIX verá aparecer o sujeito psicológico, lugar da consciência antes de ser o suporte do comportamento. Mas o psicólogo esqueceu que o sujeito foi de saída político antes de ser lógico e gramatical e, enfim, não mais do que sujeito da experiência. O experimentador vai declará-lo “sujeito perceptor”, “sujeito pensante”, “sujeito que age”, “sujeito consciente” e às vezes até “sujeito humano” nos relatos de experimentação, para distingui-lo do animal com o qual o darwinismo o confundiu. Hoje, a ergonomia cognitiva fala de operador “humano” para nos distinguir da máquina tornada nosso modelo. O homem entre o animal e a máquina, tal é o universo cuja extensão foi

demarcada pela psicologia.

No plano institucional, a psicologia não é mais unitária do que as diferenças entre sua implantação universitária, sua inserção nos grandes organismos de pesquisa (em particular no C.N.R.S.⁴²) e as práticas sociais em diferentes empregos da psicologia. Na universidade, a psicologia cai no domínio das ciências humanas; no C.N.R.S, ela pertence ao setor das ciências da vida. Quanto aos “praticantes”, eles se repartem essencialmente entre a indústria, a escola e o hospital. Sabemos muito pouca coisa sobre esses modos de institucionalização que começam na segunda metade do século XIX.

Caso nos atenhamos apenas à história da psicologia francesa, como articular, por exemplo, os numerosos assuntos de psicologia anunciados pela Academia das ciências morais e políticas [p. 497] a partir de 1860, sob proposta de Victor Cousin, e a criação dos primeiros laboratórios de psicologia experimental na última década do século? O mito de ruptura evocado antes poderia fazer acreditar que se trata da obra de pessoas bem diferentes: de um lado os filósofos redigem dissertações sobre temas metafísicos, de outro, experimentalistas ousados colocam as bases de um novo saber. Entretanto, A. Binet obtém em 1887 o prêmio da Academia por um *mémoire* jamais publicado, intitulado “A percepção exterior”, assunto posto em concurso em 3 de julho de 1880⁴³. E o mesmo A. Binet integra, em 1892, o Laboratório de psicologia fisiológica criado por H. E. Beaunis em 1889. Foi preciso quase um século para ver depositados nos Arquivos nacionais os documentos relativos a esses estabelecimentos e seus fundadores e continuadores⁴⁴. O

trabalho dos historiadores pode começar.

É paradoxal ver o quanto as ciências humanas, e particularmente a psicologia, são cegas à sua história e epistemologia. Numa perspectiva histórica e epistemológica, não se trata mais de interrogar o objeto da psicologia, mas sim a psicologia como objeto, isto é, como ciência. Fazer esse trabalho implica inicialmente reunir os materiais da reflexão: os arquivos e os textos. Conforme lamentamos no colóquio do C.N.R.S consagrado à história das ciências do homem e da sociedade, não dispomos hoje nem de uns nem de outros. Encontram-se aqui e ali algumas informações de caráter histórico, geralmente a propósito de circunstâncias pronunciadas na ocasião de um congresso ou comemoração. De forma alguma essas anedotas podem ocupar o lugar de verdadeira história. Nós ficamos limitados em esboçar algumas problemáticas, colocar algumas questões nas quais todas, ou quase todas, ainda estão sem resposta.

Paul MENGAL,
Université Paris XII

NOTAS

¹Professeur de Philosophie. Université Paris-Est Créteil. Paul.mengal@hotmail.com

²Tradução de Marcio Luiz Miotto (UFF-RPS, mlmiotto@gmail.com) e revisão de Maria Inez de Souza (m.inez@uol.com.br), de Mengal, P. Pour une histoire de la psychologie. *Revue de synthèse*: IVe S. N° 3-4, juil.-dec. 1988. Revista e autor solicitaram a conservação da paginação original. Quando oportuno, alguns termos se acompanharão das expressões originais, entre chaves.

³Edwin G. BORING, *A History of Experimental Psychology*, New York, Appleton, 1929 et 1950.

⁴Maurice REUCHLIN, *Histoire de la psychologie*, Paris, P.U.F., 1957.

⁵Paul FRAISSE, Jean PIAGET, *Traité de psychologie expérimentale*. T. I : *Histoire et méthode*, Paris, P.U.F., 1963.

⁶M. REUCHLIN, *Psychologie*, Paris, P.U.F., 1977.

⁷Auguste Comte, *Philosophie première ou : Cours de philosophie positive*, Paris, Hermann, 1975.

⁸As principais obras religiosas de J. PIAGET são: *La Mission de l'idée*, Lausanne, La Concorde, 1916; *La Psychologie et les valeurs religieuses*, Genève, Labor, 1923 e (em colaboração com Jean DE LA HARPE) *Deux types d'attitudes religieuses. Immanence et transcendance*, Genève, Labor, 1928. J. PIAGET evoca seus sentimentos religiosos em *Sagesse et illusion de la philosophie*, Paris, P.U.F., 1965, p. 12.

⁹Gustav Theodor FECHNER, *Elemente der Psychophysik*, Leipzig, Breitkopf et Härtel, 1860, 2 v. O primeiro volume teve uma tradução inglesa feita por Helmut E. ADLER, *Elements of Psychophysics*, New York, Holt, Rinehart and Wilson, Inc., 1966.

¹⁰Christian WOLFF, *Psychologia empirica*, Francfort, Renger, 1732. Utilizamos a reedição latina fornecida por Jean ÉCOLE, Hildesheim, 1968

¹¹*Ibid.*, § 522. [Tradução livre: “Esses teoremas pertencem à Psicometria, que busca um conhecimento matemático do espírito humano e é ainda muito esperada”, N. do T.]

¹²G. T. FECHNER, *Zend Avesta, oder über die Dinge des Himmels und des Jenseits, vom Standpunkt der Naturbetrachtung*, 2 v., Hambourg, Voss, 1851.

¹³*Ibid.*, t. I, p. 1.

¹⁴Friedrich TRENDELENBURG, *Logische Untersuchungen*, Leipzig, Hirzel, 2ª Ed. 1870, 2 v.

¹⁵Franz BRENTANO, *Psychologie du point de vue empirique*, Paris, Mouton, 1944.

¹⁶Kurt LEWIN, *Psychologie dynamique. Les relations humaines*, Paris, P.U.F., 1959. Cf., particularmente, o capítulo introdutório, “O conflito entre os modos de pensamento galileano e aristotélico na psicologia contemporânea”.

¹⁷Max WERTHEIMER, *Productive Thinking*, New York, Harper, 1945.

¹⁸F. BRENTANO, *Die Psychologie des Aristoteles, insbesondere seine Lehre vom nous poietikos*, Mayence, Kirchem, 1867.

¹⁹Adolf KUSSMAUL, *Untersuchungen über das Seelenleben des Neugeborenen Menschen*, Tübingen, F. Pietzeker, 1859.

²⁰Wilhelm PREYER, *L'Âme de l'enfant*, Paris, Félix Alcan, 1887 (1. ed. alemã, *Die Seele des Kindes*, Leipzig, L. Fernau, 1881).

²¹Ernst HAECKEL, *Histoire de la création des êtres organisés d'après les lois naturelles*, Paris, Reinwald, 1877, p. 359.

²²J. PIAGET, *Introduction à l'épistémologie génétique*. T. III: *La Pensée biologique, la pensée psychologique et la pensée sociologique*, Paris, P.U.F. 1950.

²³Hans DRIESCH, «Studien über das Regulationsvermögen der Organismen», *Wilhelm Roux' Archiv für Entwicklungsmechanik der Organismen*, 10, 411, 1900.

²⁴Paul Weiss, *Principles of Development*, New York, Holt; 1939.

²⁵Théodule Ribot, *La Psychologie allemande contemporaine*, Paris, Félix Alcan, 1879, p. III-IV.

²⁶E. G. BORING, *op. cit. supra* n. 1, p. 4.

²⁷Françoise PAROT, «La psychologie scientifique française et ses instruments au début du XXe siècle», in *Études sur l'histoire des instruments scientifiques*, Christine BLONDEL *et al.*, eds, Londres, Rogers Turner Books, Ltd, no prelo.

²⁸E. A. SOPHOCLES, *Greek Lexicon of the Roman and Byzantine Period 146 BC to 1100 AD*, New York, 1888.

²⁹Rodolphus GOCLINIUS, *PSUCHOLOGIA, hoc est hominis perfectione, animo et inprimis ortu hujus, commentationes ac disputationes quorundam Theologorum et Philosophorum nostrae aetatis, quos proxime sequens praefationem pagina ostendit, philosophiae studiosis lectu jucundae et utilitis*, Marpurghi, ex officina Egenolphi, 1590. Consultamos a 3. ed. de 1597, apenas disponível na Biblioteca nacional [da França, N. do T.].

³⁰Pierre DE LA RAMÉE (ou RAMUS), do qual consultamos *Aristotelicae animadversiones*, Parisiis, excudebat Jacobus Bogardus, 1543 et la *Dialectique*, Paris, A. Wechel, 1555.

³¹R. GOCCLENIUS, *Conciliator philosophicus*, Cassellis, ex officina Mauritiana, 1609.

³²Otto CASSMANN OU CASMANUS, *Psychologia anthropologica; Sive animae humanae doctrina, methodice informata, capitibus dissecta, singulorumque capitum disquisitionibus, ac controversarum quaestionum ventilationibus illustrata*, Hanoviae, impensis P. Fischeri Fr., 1594.

³³O. CASSMANN, *Doctrinae et vitae politicae methodicum et breve systema*, Francofurti, e collegio musarum Paltheniano, 1603.

³⁴Joannes ALTHUSIUS, *Politica methodice digesta, Herbomae Nassoviorum, ex off. C. Corvini*, 1603 et *Dicaeologicae libri tres, totum et universum jus quo utimur methodice complectantes, cum parallelis hujus et judaici juris, tabulis que insertis*, Francofurti, apud haeredes C. Corvini, 1649 (1. ed. 1617).

³⁵Hugo GROTIUS, *De jure belli ac pacis*, Parisiis, apud N. Buon, 1625 (1. ed. 1623).

³⁶John WATSON, « Psychology as the Behaviorist Views it », *Psychological Review*, 20, 1913, p. 158-177 (nossa tradução) [Tradução do autor, N. do T.]

³⁷Burrhus Frederick SKINNER, *Science and Human Behavior*, New York, Macmillan Comp., 1953, p. 257.

³⁸George WATSON, « Is Mental Illness Mental? », *Journal of Psychology*, 41, 1956, p. 323-334.

³⁹Thomas SZASZ, *The Myth of Mental Illness*, New York, Hoeber Harper, 1961.

⁴⁰B. F. SKINNER, *Pour une science du comportement: le behaviorisme*, Paris/Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1979, p. 74.

⁴¹Humberto Maturana, Francisco Varela, *Autopoiesis and Cognition. The Realization of Living*, Dordrecht, D. Reidel Publ. Comp., 1980 (1. ed.: *De Maquinas y Seres Vivos*, Santiago: Editorial Universitaria, 1972), p. XV.

⁴²Centre National de la Recherche Scientifique, N. do T.

⁴³Descobrimos por acaso esse *mémoire* nos *Archives de l'Académie des sciences morales et politiques*.

⁴⁴F. PAROT, « Les archives d'Henri Piéron », communication à la Journée Archives scientifiques, Centre de recherche en histoire des sciences et des techniques, Cité des sciences et de l'industrie, La Villette, 25 février 1988, a aparecer na *Gazette des archives*. Os arquivos de Alfred Binet e Henri Wallon estão atualmente sob classificação.